

Há um ano, Fernando Henrique Cardoso sentou na cadeira de presidente da República. Há seis meses, ele disse que achava fácil governar o Brasil. Há menos de dois, reconheceu que sentia o "o gosto amargo" do cargo.

É FÁCIL GOVERNAR O BRASIL?

Tânia Fusco
Da equipe do Correio

La República.
Mas o governo patinou na questão social, que abriga justamente as cinco promessas da campanha eleitoral — emprego, agricultura, segurança, saúde e educação.

Fernando Henrique está conduzindo uma tremenda transformação. O projeto social ainda está fazendo", avalia o antropólogo Rubem César Fernandes, coordenador do movimento Viva Rio.

Mais impaciente, o sociólogo Herbert de Souza, Betinho, cobra uma ação efetiva do governo: "A forma não pode esperar o projeto ficar pronto".

"Até agora foi mais fácil do que eu pensava", alardeou o presidente, em junho, numa entrevista ao jornal italiano

Ministro — Millôr Fernandes, jornalista, escritor e humorista, concorda com Betinho: "Um presidente que não trabalha dia e noite na solução para nossos problemas sociais está brincando com fogo. Fernando Henrique ainda é um bom ministro das Relações Exteriores".

Em agosto e novembro, as crises políticas traçaram o mapa de outro Brasil difícil — da corrupção e do desmando, que bateu ponto na administração federal.

As cinco maiores baixas do governo — Pérlio Arida, da presidência do Banco Central, Milton Dallari, da Secretaria

do Acompanhamento Econômico, Júlio César Gomes dos Santos, do Cerimonial da Presidência, e Mauro Gandra, do Ministério da Aeronáutica — foram causadas por denúncias de informações privilegiadas e tráfico de influência.

Não foi fácil passar pelos escândalos daquebra dos bancos privados, particularmente do Econômico e do Nacional, que levaram do Banco Central, respectivamente, US\$ 3,7 bilhões e US\$ 4 bilhões.

Duro também foi encarar as gravações da Polícia Federal de conversas do embaixador Júlio César, que exibiram

as víceras doentes do mais caro projeto em andamento no País, o Sistema de Vigilância da Amazônia — Sivam.

No dia da demissão do ex-ministro da Aeronáutica, em novembro, Fernando Henrique reconheceu que pela primeira vez sentiu "o gosto amargo de ser presidente da República".

Em dezembro, uma pasta cor-de-rosa, saída da gaveta do dono do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, guardava a listagem de contribuições do banco a candidatos às eleições de 1990.

Mais uma vez o presidente sentiu como pode ser difícil governar o Brasil.

Zuleika de Souza 1.1.95



01.01.95: o governo Fernando Henrique toma posse com um presidente otimista, alheio aos percalços que viriam e certo de que seria fácil governar o País

Como administrar saco de gatos

Carlos Augusto Setti
Especial para o Correio

A frase até fazia sentido naquele momento, ainda mais pela sua autoria. Disse o presidente no meio do ano: "É fácil governar o Brasil".

Até ali, o seu plano para o País vinha se concretizando com sucesso: inflação sob controle, vitórias nas votações das reformas econômicas e no embate com os petroleiros, desindexação dos salários em marcha.

Mas os solavancos do segundo semestre, provocados pela intervenção no Banco Econômico, pelos escândalos e pelo empréstimo das outras reformas, significaram a explosão das dificuldades potenciais existentes desde o começo do governo. E certamente abalaram a确eza do presidente na facilidade de governar.

Ficaram evidentes a fragilidade e as contradições das alianças políticas que garantiram a eleição e formaram a base de apoio no Congresso, um saco de gatos lotado de interesses divergentes e apelos clientelísticos de difícil administração no dia-a-dia. Faltam, também, unidade e coordenação dentro do governo.

O competente sociólogo, já

com anos de estrada na vida pública, sabe que, por trás desse quadro dispersivo estão as verdadeiras dificuldades para se dirigir o País: a falência do Estado, a democracia imatura, o corporativismo arraigado, o pouco fundo dos problemas sociais, a diversidade geral, a crise do sistema representativo.

Mas assim, a base de apoio tem garantido a conquista do que é essencial do plano: a introdução de mudanças profundas na economia e no Estado.

Não atacado a coisa vai bem, mas o custo do varejo é alto. As alianças precisam ser recompostas a cada instante e pelo próprio presidente, que mata as crises no peito, já que não há coordenador político.

Uma tarefa nada fácil. Talvez a frase rala em realismo, tenha sido pronunciada para que o autor mostre seu inusitado prazer em governar uma sociedade quase ingovernável, contrário do que sentiram seus antecessores.

■ Carlos Augusto Setti é jornalista, sociólogo e diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP).

O Ano-Novo será ainda melhor

José Aníbal
Especial para o Correio

O cidadão já sabe: o ano de 1995 foi melhor que os outros. A explicação está nas taxas de inflação, que acumuladas não ultrapassaram os 20% este ano. O Plano Real deu certo. Tão certo que adquiriu um claro conteúdo social ao elevar em mais de 30% o poder de compra das camadas mais pobres da população.

A chave do sucesso está na seriedade e na firmeza do governo ao estabelecer o combate à inflação como prioridade, sem vacilações.

As mudanças começaram. O Congresso derrubou os monopólios e abriu a economia. Houve crescimento dos investimentos, que passaram de 13% para 17% do PIB. A reforma da Ordem Econômica, concluída em tempo recorde, elevou o prestígio do Brasil no exterior.

Destaco a estabilidade da moeda e a reforma da Ordem Econômica, têm consequências de médio e longo prazos, cujos benefícios serão enormes para o futuro do País.

Por essa razão, a maioria da população e os chamados agentes econômicos até agora não se abalaram com as turbulências do processo político. A verdade é que a crise de confiança que se abateu sobre o mundo político, tumultuando a relação entre o governo e sua base de sustentação,

se autonomizou bastante em relação à sociedade.

Os problemas políticos começam no conflito existente entre as propostas de reformas administrativa, tributária e previdenciária e os interesses contrários da alta burocracia, das oligarquias locais e dos grupos corporativos.

Apesar de tudo, as votações têm demonstrado que a maioria dos parlamentares que apóiam o governo preferiu o caminho das mudanças.

O déficit público que atingiu 4,4% do PIB em 1995 e a demonstração de que a reforma do Estado permanece sendo exigência para a consolidação do real.

E temos ainda problemas sociais séculos, como o analfabetismo, as endemias e a questão agrária.

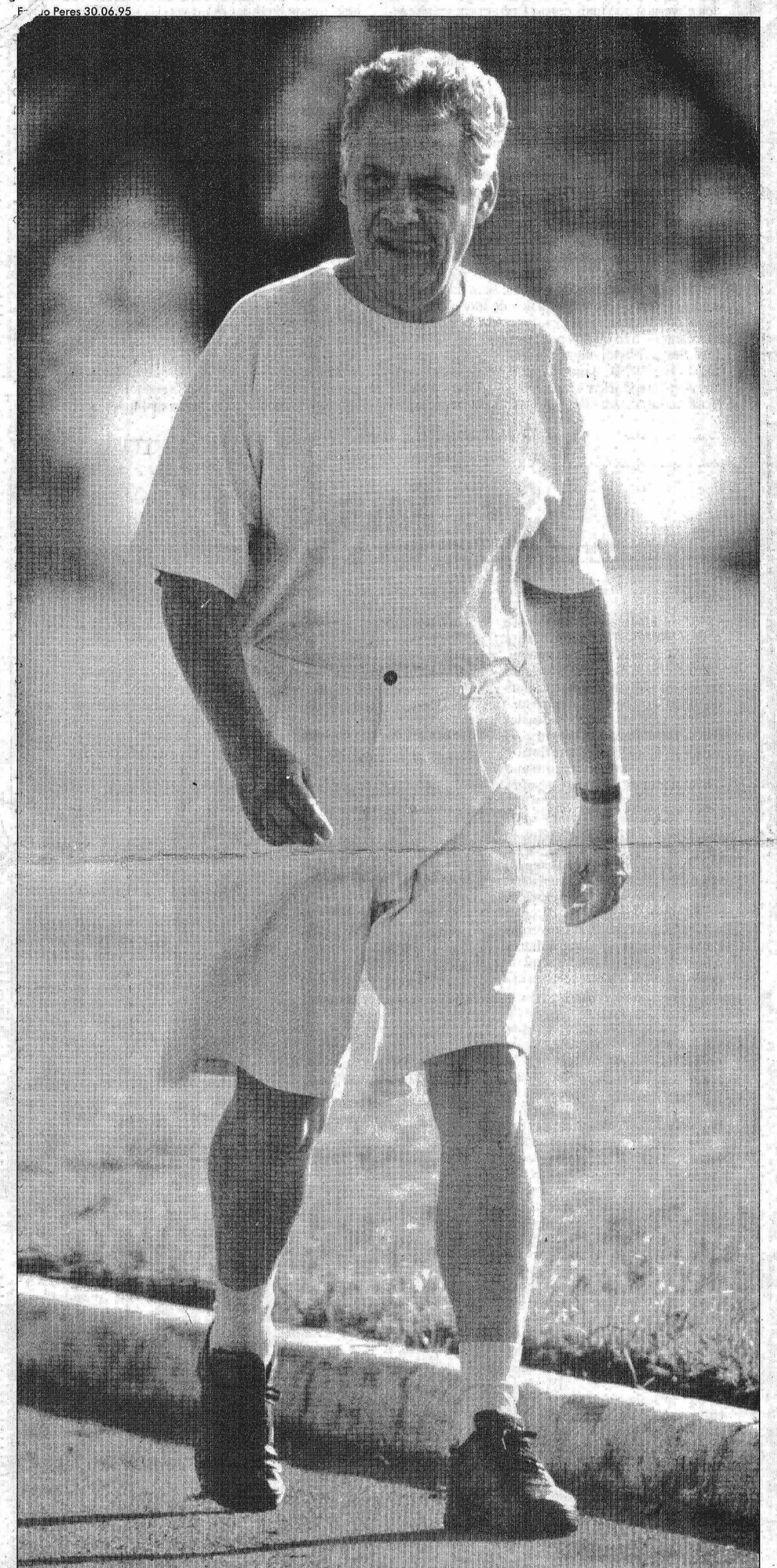
Combatê-los é uma opção programática dos partidos que apóiam o governo.

É preciso enxergar o futuro no lusco-fusco da passagem de ano. Temos tarefas importantes pela frente. O governo Fernando Henrique iniciou o esforço de mudanças, com o lançamento de programas cujos resultados nem sempre são imediatos. Com base no que ficou por fazer em 1995 é que avalio: o Ano Novo vai ser ainda melhor.

■ José Aníbal (PSDB-SP) é líder da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados

CONT.

É FÁCIL GOVERNAR O BRASIL?

Foto: Peres 30.06.95
Esconder o cansaço: Fernando Henrique teve importantes vitórias no Congresso, mas também esbarrou em escândalos

TRAJETÓRIA	
	■ Segurou a inflação, que registra o seu menor índice dos últimos 38 anos: 15,12% em 95, conforme IGP-M calculado pela Fundação Getúlio Vargas
	■ Manteve a estabilidade dos preços, conseguindo inclusive quedas significativas nos preços dos produtos da cesta básica, por exemplo
	■ Quebrou os monopólios das telecomunicações e do petróleo, além dos estados na distribuição do gás canalizado
	■ Acabou com a reserva de mercado para as embarcações nacionais na navegação de cabotagem (entre os portos nacionais)
	■ Aprovou projeto para concessões de serviços públicos à iniciativa privada nos setores de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, transportes rodoviários, ferroviários e aéreos, além de portos e rodovias
	■ Retirou da Constituição Federal a diferença entre empresa nacional e estrangeira
	■ Derrubou requerimento de urgência urgente para a votação de projeto limitando os juros do mercado financeiro em 12% ao ano, impondo agachante derrota do PMDB, que capitaneava a aprovação desse projeto
	■ Aprovou o projeto para a indemnização aos familiares de 136 militantes políticos desaparecidos durante o regime militar
	■ Aprovou na Comissão de Constituição e Justiça emenda propondo o fim da estabilidade do funcionalismo público, abrindo a primeira porta para a reforma administrativa
	■ Venceu a queda de braço com os petroleiros, resistindo a 31 dias de greve sem conceder aumento à categoria
	■ Com registros de doações do Banco Econômico para candidatos às eleições de 1990, uma pasta cor-de-rosa que estava sob a guarda dos interventores do Banco Central virou noticia. A lista tem como maior beneficiado o senador Antônio Carlos Magalhães
	■ Demora nas votações dos projetos de reforma tributária, administrativa e da Previdência Social, prometidos para 1995.
	■ Pouca eficiência nas privatizações. Das 16 empresas previstas para serem privatizadas em 95, só oito foram vendidas

FINANÇAS

Nervosismo e bancos quebrados

Wanderlei Pozzembom 31.08.95

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — Quebra de bancos, nervosismo no mercado e alta inadimplência (não pagamento de dévidas). Esse é o retrato do mercado financeiro brasileiro em 1995.

Autoridade máxima do sistema financeiro nacional, o Banco Central (BC) fez neste ano 40 intervenções ou liquidações de bancos e corretoras.

No dia 11 de agosto, o Econômico sofreu intervenção. Executivos de instituições privadas afirmaram ao Correio que o buraco de caixa do banco era de R\$ 4 bilhões.

Nas semanas seguintes à ação do BC, o pânico tomou o mercado financeiro. Alberto Borges Matias, diretor da consultoria Austin Asia, afirma que depois do fechamento do Econômico, o Nacional tomou diariamente centenas de milhões de reais no redesconto no Banco Central. Os boatos cresceram muito.

O governo ficou com a parte ruim do banco: deu R\$ 4 bilhões para honrar as dívidas. A parte boa — 335 agências e a carteira de empréstimos — ficou com o Unibanco por R\$ 300 milhões, a serem pagos em cinco anos.

Citimes — A solução no caso do Náutico causou clíques no PFL, partido que sustenta o governo. O banco Excel propôs assumir o Econômico desde que o BC liberasse R\$ 4,3 bilhões do Programa

de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proen).

O BC achou a oferta inaceitável. Prometeu liberar ao Excel R\$ 2,3 bilhões desde que mais R\$ 500 milhões viéssem dos maiores acionistas do banco baiano, como os fundos de pensão. O impasse alimentou o ranço do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Ele chamou os diretores do BC de "marginais". O vazio da pasta rosa foi a gota d'água para tirar a sustentação política do presidente da instituição, Gustavo Loyola. Ele e os diretores Cláudio Mauch e Alkimar Moura deverão deixar o governo em março.

■ Fernando Henrique mostra sua força reunindo o Conselho de Defesa Nacional e consegue reduzir a pressão pelo caso Sivam. Rebate também com firmeza os ataques feitos pelo deputado Luís Eduardo Magalhães por causa da pasta rosa.

■ Primeiros desgastes de Fernando Henrique, provocando queda de popularidade. Veto o salário mínimo de R\$ 100 e sanciona a anistia do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), acusado de usar a gráfica do Senado com fins eleitorais.

■ A crise mexicana toca o Banco Central e desencadeia uma desastrosa operação de resgate no valor de R\$ 1 milhão de dólares. Os especuladores se aproveitam e o governo gasta R\$ 8 bilhões em divisas para não desestabilizar o Real.

■ No último dia do mês, cai o presidente do Banco Central, Pérlio Arida, suspeito de ter privilegiado banqueiros com informações reservadas na desvalorização do real. Gustavo Loyola o substitui.

■ Liderado por José Rainha, o Movimento Sem-Terra inicia invasões pelo País entrando em confronto com a polícia. Irritados pelo endividamento do setor agrícola, produtores rurais fazem um caminhão com greves.

■ Empresários e sindicatos reclamam que a política econômica do governo provocou recessão. No Congresso, PFL e PSDB se desentendem cada vez mais na aliança de apoio ao presidente.

■ Uma carta-bomba explode no Itamaraty, ferindo uma agente. O assessor do presidente, é grameado. A carta revela possíveis irregularidades no projeto Sivam. Caem o ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, e o presidente do Inca, Francisco Graziano.

■ Vem a público a pasta rosa, contendo relações de políticos que receberam verbas do Econômico para suas campanhas em 1990. Com vários nomes incluídos na lista, o PFL se revolta e o deputado Luís Eduardo Magalhães critica o presidente.

OS ALTOS E BAIXOS DO PRIMEIRO ANO

■ No dia 1º, Fernando Henrique toma posse montado em 38 milhões de votos. Começa governando para fora e caindo o Tratado de Integração Comercial com os países do Cone Sul, o Mercosul. Apresenta as propostas de reforma constitucional.

■ Com habilidade, o presidente consegue reunir uma esmagadora maioria política no novo Congresso. Dos 594 parlamentares, o governo tem ao seu lado cerca de 450, reunidos sob a bandeira das reformas constitucionais.

■ Fernando Henrique viaja aos Estados Unidos e é recebido pelo presidente americano Bill Clinton, com a aprovação de projetos de reformas. Os petroleiros fazem greve de 31 dias, mas o presidente enfrenta com firmeza o movimento e debela a manifestação sem ceder em nada.

■ O governo consegue suas primeiras vitórias no Congresso, com a aprovação de projetos de reformas. Os petroleiros fazem greve de 31 dias, mas o presidente enfrenta com firmeza o movimento e debela a manifestação sem ceder em nada.

■ O presidente continua forte. O Real faz um ano de inflação baixa. No Congresso, o governo derrota facilmente os defensores do monopólio da Petrobras. Mexe-se mais uma vez no câmbio para evitar a sangria de divisas.

■ O semestre termina morno para o governo. O ex-presidente Itamar Franco faz críticas a Fernando Henrique e diversos sindicatos intensificam suas queixas contra o governo depois da fracassada onda de greves.

■ Na volta do recesso parlamentar, o governo, ainda fortalecido, consegue confirmar no Senado a aprovação de reformas constitucionais como a quebra do monopólio das telecomunicações e da navegação de cabotagem.

■ Liderado por José Rainha, o Movimento Sem-Terra inicia invasões pelo País entrando em confronto com a polícia. Irritados pelo endividamento do setor agrícola, produtores rurais fazem um caminhão com greves.

■ Empresários e sindicatos reclamam que a política econômica do governo provocou recessão. No Congresso, PFL e PSDB se desentendem cada vez mais na aliança de apoio ao presidente.

■ Uma carta-bomba explode no Itamaraty, ferindo uma agente. O assessor do presidente, é grameado. A carta revela possíveis irregularidades no projeto Sivam. Caem o ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, e o presidente do Inca, Francisco Graziano.

■ Vem a público a pasta rosa, contendo relações de políticos que receberam verbas do Econômico para suas campanhas em 1990. Com vários nomes incluídos na lista, o PFL se revolta e o deputado Luís Eduardo Magalhães critica o presidente.

JANEIRO FEVEREIRO MARÇO ABRIL MAIO JUNHO JULHO AGOSTO SETEMBRO OUTUBRO NOVEMBRO DEZ